



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

**COMUNICAÇÃO À NAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, NO ÂMBITO DA
PANDEMIA DA COVID-19**

MAPUTO, 24 DE OUTUBRO DE 2021

Moçambicanas e Moçambicanos!

Compatriotas!

Faz hoje quase um mês, desde que comunicamos à Nação, a partir da estação de Televisão de Moçambique na Cidade de Pemba, sobre a situação da Pandemia da COVID-19 em Moçambique.

Na altura, chamámos atenção para o facto desta pandemia representar ainda uma séria ameaça à Saúde Pública e estar a condicionar a vida social e económica dos países a nível global.

No mundo, já foram cumulativamente registados cerca de 243 milhões de casos e mais de 4.9 milhões de óbitos, devido à COVID-19. Só nos últimos 30 dias, foram notificados, em todo o mundo, cerca de 13 milhões de casos e 210 mil mortes por COVID-19.

No entanto, a nível internacional, actualmente, regista-se uma estabilização da situação epidemiológica da COVID-19, com redução do número de casos, internamentos e óbitos.

Este fenómeno, regista-se também na África Austral, onde se assiste uma redução em todos os indicadores epidemiológicos, em todos os países, sendo que, na maioria dos países, essa redução é consistente por mais de 7 semanas consecutivas.

Este padrão de estabilização e redução dos principais indicadores é irregular, não é uniforme em todos os continentes. É aqui onde reside a nossa preocupação. Por exemplo, na Oceânia, regista-se um aumento de casos e óbitos, assim como na Europa onde se conta igualmente com um aumento do número de óbitos.

Em particular, o continente europeu apresenta uma evolução epidemiologia preocupante pois tem estado a registar um aumento de casos por 4 semanas consecutivas. Actualmente, a Europa é responsável por cerca de 50% de todos os casos de COVID-19 reportados no mundo. Além disso, recentemente foi identificado em vários países da Europa uma nova variante do Novo Coronavírus com potencial de ser mais

transmissível, mas estudos ainda estão em curso para melhor caracterizar esta nova variante.

Esta evolução diferenciada da pandemia no mundo deve servir de alerta para todos nós. Não se deve confundir a melhoria da situação epidemiológica no nosso país, na nossa região e em África, com o fim da pandemia.

Os factores que determinaram a ocorrência das três vagas anteriores, incluindo a circulação simultânea de variantes do vírus, mostram que o risco de uma eventual quarta vaga é real.

É por esta razão que medidas anunciadas, num dado momento, tenham que ser reajustadas pouco tempo depois. Nós acabámos de proceder desta forma. Depois de termos aliviado algumas medidas de contenção da propagação da COVID-19, não hesitámos em recuar na decisão de abertura de determinadas praias ao longo do país, quando haviam passado apenas cerca de 10 dias, após o anúncio.

Este é um combate que necessita de reajustamentos constantes e obriga a que estejamos atentos e tomemos sempre a dianteira.

Compatriotas!

Em Moçambique, a COVID-19 já causou imensa dor e luto nas famílias, afectou seriamente a economia e alterou os nossos hábitos sociais.

Lamentamos o desaparecimento físico de 1.928 compatriotas devido à COVID-19, desde o início da pandemia.

Sofremos em particular os efeitos devastadores da terceira vaga da pandemia, que foi a mais grave de todas até agora, com um número de casos de infecções, hospitalizações e óbitos superiores ao somatório das duas vagas anteriores.

Contudo, na nossa última Comunicação, fizemos referência à redução do número de novas infecções, internamentos, óbitos no nosso país, como resultado da observância das

medidas de protecção, por grande parte dos moçambicanos e dos que residem em Moçambique.

Nessa altura, implementámos um pacote de medidas de alívio ajustadas ao contexto epidemiológico. Estas medidas foram tomadas de forma proporcional e gradual. Este princípio pareceu resultar pela evolução da epidemia nas últimas quatro semanas.

Assim, mantém-se a melhoria progressiva dos indicadores epidemiológicos em todas as províncias do nosso país. Esta tendência de melhoria já se verifica há 10 semanas consecutivas, o que é bastante encorajador.

Actualmente, a taxa de positividade nas pessoas testadas é de 2%. A taxa de ocupação de camas, a nível nacional, é de menos de 1% e em seis províncias, não há doentes internados, enquanto que, durante a terceira, vaga chegamos a atingir a taxa de positividade de 35% e de ocupação de camas de 33%.

Por isso, é imperioso que continuemos a pautar pelo cumprimento rigoroso das medidas individuais e colectivas de prevenção da COVID-19, nomeadamente, a lavagem frequente das mãos, o uso correcto da máscara, o distanciamento físico, a etiqueta da tosse entre outras.

Este é o caminho mais simples para controlar a transmissão da doença por longos períodos e garantir uma retoma segura da economia.

Aliás, o uso da máscara, a lavagem das mãos e mais medidas têm estado a contribuir para a redução de mais doenças, como por exemplo, a tuberculose e outras doenças respiratórias, a sarna, doenças diarreicas e outras.

Compatriotas!

A vacinação continua sendo uma intervenção poderosa para o controlo da pandemia. As vacinas protegem contra a doença grave e morte causadas pela COVID-19.

No nosso país, a vacinação contra a COVID-19 é providenciada pelo Governo de forma gratuita.

Até ao presente momento, mais de dois milhões de moçambicanos estão completamente vacinados, representando 97% de cumprimento do planificado para as duas primeiras fases.

Neste momento, decorre, em todo o país, a Terceira Fase de Vacinação contra a COVID-19, cujo término está previsto para Março de 2022.

Esta Terceira Fase deverá abranger mais de sete milhões de moçambicanos com idade igual ou superior a 30 anos de idade, residentes nas zonas urbanas e nas zonas rurais, conforme o plano anteriormente divulgado.

Em virtude da nova evidência científica disponível, nesta fase, também serão incluídas as mulheres grávidas e lactantes.

Queremos apelar a todos cidadãos elegíveis para que adiram ao processo de vacinação massiva em curso, contribuindo, assim, para a criação de condições para uma transição segura para o novo normal.

Só aqueles que estiverem completamente vacinados estarão realmente protegidos, poderão proteger os seus próximos e poderão proteger a todos nós.

Compatriotas!

Feita a avaliação dos últimos quase 30 dias, podemos concluir que, de forma geral, exceptuando a irresponsabilidade exibida em algumas praias, os moçambicanos têm estado a assumir as medidas que temos vindo a tomar. O país tem estado a registar uma redução, em todos os indicadores epidemiológicos, nas últimas 10 semanas de maneira consecutiva.

A avaliação dos indicadores de monitoria da pandemia, mostra que, em Moçambique, todos os indicadores epidemiológicos colocam o país no nível 1 de alerta.

Assim, considerando que:

- i) Os indicadores epidemiológicos de monitoria se encontram no nível 1 de alerta;
- ii) A situação epidemiológica nos países vizinhos é favorável e quase similar à registada no país;
- iii) A necessidade de continuarmos a consolidar os ganhos alcançados até ao presente momento;
- iv) A necessidade de cumprir com o princípio de gradualismo e proporcionalidade, equilibrando sempre a saúde e a economia; e
- v) A necessidade de assegurar a capacidade de apoio na aquisição de Equipamento de Protecção Individual, testes e vacinas;

Ouvida a Comissão Técnico-Científica para a Prevenção e Resposta à Pandemia da COVID-19 e analisado o comportamento da população em diferentes cenários, o Governo decidiu:

- **Manter, no essencial, as medidas do Decreto n.º 76/2021, de 24 de Setembro de 2021.**

Como forma de reconhecer o esforço colectivo e, mais uma vez, assegurar sem pressionar, para que a componente da economia possa se reactivar gradualmente, decidimos introduzir as seguintes alterações:

1. Manter fechadas todas as praias no espírito do decreto anterior. *Das praias encerradas conforme o decreto, acrescenta-se a Praia do Rio Révubuè, na província de Tete, sendo esta a primeira vez que anunciamos a interdição de uma praia nesta Província, que regista grande desordem.*

As praias que voltamos a interditar são locais onde há evidências de uma relutância em cumprir com as medidas de prevenção e combate à COVID-19;

2. O prazo de validade dos documentos oficiais, nomeadamente, a Carta de Condução e o Verbete do despacho de importação de veículo automóvel é prorrogado pelo período de vigência do novo Decreto, a ser publicado depois desta comunicação;
3. O recolher obrigatório na Cidade de Maputo e em todas as cidades capitais provinciais, cidades, vilas e autarquias, de todo o território nacional, passa a vigorar das 00:00 horas às 4:00 horas, quando anteriormente iniciava às 23:00 horas;
4. É alargada a lotação das piscinas públicas de 20% para 50% da sua capacidade máxima;
5. É alargada a lotação de 30% para 40% da capacidade máxima dos teatros, cinemas, salas de jogos, centros culturais, auditórios e similares, para a realização das suas actividades, incluindo espectáculos musicais;
6. É alargado o número de participantes de eventos sociais privados de **30 para 50 pessoas**, em locais fechados, e de **50 para 100 pessoas**, em locais abertos, não devendo exceder a lotação de 30% da capacidade máxima do local;
7. É alargada a lotação dos ginásios das Classes Polivalentes e de Grande Dimensão de 30% para 50% da sua capacidade máxima e dos ginásios de Classe de Média Dimensão de 20% para 30% da sua capacidade máxima;
8. É alargado o número de participantes nos locais de culto, conferências e celebrações religiosas, em todo o território nacional, de 50 para 100, em locais fechados e de 100 para 250, em locais abertos, não devendo exceder a lotação de 50%, da sua capacidade máxima do local, quando anteriormente o limite era de 30%;
9. É alargado o número de participantes em reuniões de instituições públicas e privadas, bem como de eventos do Estado, de 50 para 100 pessoas, em espaços fechados, e de 100 para 250 pessoas, em espaços abertos, não devendo exceder

50% da capacidade máxima do local, quando antes a capacidade máxima permitida era de 30%;

10. Excepcionalmente, em situações devidamente fundamentadas e após prévia avaliação pelo Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos, poderá ser autorizada a realização de reuniões ou eventos do Estado, com um número de participantes não superior a 400 pessoas, quando o limite máximo anterior era de 300 pessoas;
11. É alargado de 20 para 50, o número máximo de participantes na realização de velórios e cerimónias fúnebres, mantendo-se a restrição do número máximo de 10 pessoas, nos casos de participantes em velórios e cerimónias fúnebres de óbitos causados pela COVID-19;
12. É alargado o número de visitas nos estabelecimentos penitenciários de duas para quatro pessoas por mês, por cada recluso;
13. É autorizada a retoma do **funcionamento normal** das instituições públicas e privadas, mantendo-se o distanciamento interpessoal recomendado, quando antes, 30% da força laboral devia privilegiar o regime de tele-trabalho;
14. É autorizada a retoma das competições das equipas de alta competição e de formação dos campeonatos provinciais, mediante o cumprimento rigoroso do protocolo sanitário para a prevenção da COVID-19, incluindo testagens obrigatórias;
15. É autorizada a abertura dos postos de travessia terrestres de Giriondo e Pafúri, na Província de Gaza e de Goba, na Província de Maputo;
16. É autorizada a abertura das barracas de venda de produtos alimentares, devendo estas observar o horário do seu funcionamento normal, de acordo com as regras estabelecidas para esta actividade. Mas, continua vedada a venda de bebidas alcoólicas, conforme regulado. Neste aspecto, é instruído o rigor na fiscalização;
17. É autorizada a abertura normal de museus, galerias e similares, em observância

rigorosa do protocolo emitido pelas autoridades sanitárias;

- 18.O horário de funcionamento dos centros comerciais é das 9:00 horas às 20:00 horas, de Segunda-feira a Sábado (quando antes encerravam às 18:00 horas) e das 9:00 horas às 18:00 horas, aos Domingos, feriados e dias de tolerância de ponto (quando antes encerravam às 17:00 horas);
- 19.O horário de funcionamento dos demais estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços é das 8:00 horas às 18:00 horas, mantendo-se encerrados aos Domingos, feriados e dias de tolerância de ponto;
- 20.O horário de funcionamento das padarias e das pastelarias, incluindo lojas de conveniência e estações de serviços, passa a ser das 05:00 horas às 20:00 horas;
- 21.O horário de funcionamento dos estabelecimentos de comércio a grosso, armazenistas, talhos e ferragens é das 7 horas às 17horas, de Segunda-feira a Sábado, mantendo-se encerrados aos Domingos, feriados e dias de tolerância de ponto;
- 22.Os *bottle stores*, independentemente da sua localização, passam a adoptar o horário das 9:00 horas às 18:00 horas (quando antes encerravam às 15:00 horas), de Segunda-feira a Sábado, permanecendo encerrados aos Domingos, feriados e nos dias de tolerância de ponto. Contudo, prevalece proibido o consumo de bebidas alcoólicas no local e o serviço de entrega ao domicílio depois da hora estabelecida para o fecho;
- 23.A distribuição e comercialização de produtos alcoólicos pelos distribuidores oficiais obedece ao horário normal de funcionamento, que é das 7:00 horas às 20:00 horas, de Segunda a Sábado e das 7:00 horas às 13:00 horas aos domingos, feriados e dias de tolerância de ponto;
- 24.Nos estabelecimentos de restauração, a lotação máxima não deve exceder o limite de 4 e 6 pessoas, por mesa, no interior e exterior, respectivamente, devendo observar-se o distanciamento mínimo de 1,5 metros e o protocolo sanitário

emitido pelas autoridades sanitárias;

25.É autorizada a abertura dos bares, desde que tenham áreas devidamente ventiladas, devendo funcionar das 9:00 horas às 21:00 horas, não excedendo 20% da sua capacidade máxima no interior e 50% no exterior, em observância rigorosa do protocolo sanitário para a prevenção da COVID-19;

26.Todas estas medidas devem ser aplicadas em estrita observância do protocolo sanitário para a prevenção e combate à COVID-19 e considerando o contexto geográfico específico onde serão implementadas.

Moçambicanas e Moçambicanos,

Compatriotas!

Como forma de reconhecer e compensar o esforço colectivo de grande parte dos moçambicanos, o período de vigência do presente Decreto é estendido para mais tempo. O Decreto a ser publicado vai vigorar das zero horas do dia 25 de Outubro até às 23.59 horas do dia 20 de Dezembro de 2021, portanto, mais de um mês.

Este pacote de alívio das restrições que hoje anunciamos só foi possível porque o país alcançou níveis baixos de transmissão da doença.

A experiência do passado ensinou-nos que o incumprimento das medidas de prevenção associado ao falso optimismo do fim da pandemia, precipita o início precoce de uma nova vaga.

No entanto, estamos preparados para recuar, em qualquer uma destas medidas, caso seja necessário, devido ao agravamento da situação epidemiológica.

Não gostaríamos de voltar a alterar o decreto antes do tempo definido, porque isso implica transtornos na produção do sector económico.

Continua a preocupar-nos a promoção de eventos sociais e privados, como as festas de casamento e aniversários, nos salões de eventos e residências, com um número de participantes muito acima do recomendado, sobretudo, nos fins de semana.

Inquieta-nos, igualmente, a aglomeração de clientes nos estabelecimentos comerciais, o incumprimento do horário do funcionamento dos estabelecimentos comerciais e de restauração, a tendência de transformação de restaurantes em bares e discotecas e o incumprimento da lotação máxima nos restaurantes, no concernente à capacidade do local em face das normas em vigor.

Estes actos só demonstram que há cidadãos que ainda não perceberam a gravidade da situação que vivemos. Não entenderam que o alívio das medidas de prevenção e combate à COVID-19 não quer dizer que este mal acabou no país.

Queremos recordar a todos que se aproxima a quadra festiva e não gostaríamos de ter de introduzir medidas mais restritivas no início do mês de Dezembro.

Todos temos memória das medidas que fomos obrigados a tomar em Janeiro deste ano, depois das festas, quando todos apontavam dedos aos decisores como sendo os culpados pela subida dos indicadores. Por isso, cada um de nós deve respeitar as normas e, desta maneira, respeitar os outros. Cada um de nós deve respeitar a Vida.

Caras e Caros Moçambicanos!

A caminhada ainda é longa. As próximas semanas não devem ser transformadas em momentos de disseminação do novo coronavírus.

Como Governo, continuaremos a envidar esforços para garantir a vacinação, o mais rápido possível, de 17 milhões de moçambicanos elegíveis. O nosso foco é alargar a prevenção contra as formas graves da doença para os moçambicanos.

Eu acredito que o cumprimento rigoroso das medidas que acabámos de anunciar e o progresso da vacinação, contribuirão grandemente para a manutenção dos níveis baixos

de transmissão por períodos mais longos. Mas, isso só é possível com a entrega e empenho de cada um de nós.

Contamos com todas as forças vivas da sociedade para consolidar os ganhos até aqui alcançados e fazer valer o nosso lema de **Vacinar Sim, Prevenir Sempre.**

Contamos com cada um dos moçambicanos para salvar a nossa Pátria Amada.

Compatriota! Faça a sua parte com a devida responsabilidade.

Muito Obrigado pela atenção dispensada!